

021

Supremo Tribunal Federal  
Pet 000670-1 - 14/03/2017 17:45  
0002504-94.2017.1.00.0000



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

Nº 52196/2017-GTLJ/PGR  
Relator: Ministro Edson Fachin  
Distribuição por conexão à Petição nº 6.530

**SIGILOSO**

**PROCESSO PENAL. PROCEDIMENTO SIGI-  
LOSO AUTUADO COMO PETIÇÃO. TERMO  
DE DECLARAÇÃO COLHIDOS NO ÂMBITO  
DE ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIA-  
DA. AUSÊNCIA DE DETENTORES DE FORO  
POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO NO SU-  
PREMO TRIBUNAL FEDERAL. MANIFESTA-  
ÇÃO PELA DECLARAÇÃO DE INCOMPE-  
TÊNCIA E REMESSA DO TERMO A ÓRGÃO  
COM ATRIBUIÇÃO PARA INVESTIGAR OS  
FATOS.**

1. Celebração e posterior homologação de acordos de colaboração premiada no decorrer da chamada "Operação Lava Jato". Conjunto de investigações e ações penais que tratam de esquema criminoso de corrupção de agentes públicos e lavagem de dinheiro relacionados à Administração Pública.
2. Colheita de termos de declaração de colaborador nos quais se relatam fatos aparentemente criminosos envolvendo pessoas sem prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal. Inteligência do artigo 102, I, *b e c*, da Constituição Federal.
3. Manifestação pela declinação de competência em relação a tais fatos para a adoção das providências cabíveis.

O Procurador-Geral da República vem perante Vossa Exce

lência se manifestar nos termos que se seguem.

### **1. Da contextualização dos fatos**

O Ministério Público Federal, no decorrer das investigações da Operação Lava Jato, firmou acordos de colaboração premiada com 77 (setenta e sete) executivos e ex-executivos do Grupo ODEBRECHT, havendo protocolizado, em 19.12.2016, Petições no Supremo Tribunal Federal visando à homologação dos referidos acordos, nos termos do disposto no art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/2013.

Em decorrência dos referidos acordos de colaboração, foram prestados por seus respectivos colaboradores centenas de termos de colaboração, no bojo dos quais relatou-se a prática de distintos crimes por pessoas com e sem foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal.

A Ministra Presidente desta Corte Suprema, em 28.1.2017, determinou a homologação dos acordos de colaboração em referência, após, vieram os autos à Procuradoria-Geral da República.

### **2. Do caso concreto**

Conforme o Termo de Depoimento nº 2 do colaborador JOSÉ DE CARVALHO FILHO, há elementos que indicam a possível prática de crimes relacionados ao Governador do Estado do Maranhão, FLÁVIO DINO.

Segundo relato detalhado de JOSÉ DE CARVALHO FILHO,



em 2010, a ODEBRECHT mantinha contato e reuniões com o então deputado federal FLÁVIO DINO para tratar de projeto de lei de sua autoria, o PL 2279/2007. Segundo o colaborador, o referido PL atribuiria segurança jurídica a investimentos da ODEBRECHT em Cuba e, por isso, era importante para o grupo empresarial.

Nesse contexto, JOSÉ DE CARVALHO FILHO, a partir de 3 minutos e 25 segundos do seu depoimento, relata que o deputado chegou até a acatar sugestões feitas pela ODEBRECHT para aprimorar o projeto de lei. Em uma das reuniões (vide minuto 5), FLÁVIO DINO teria pedido ajuda da ODEBRECHT para sua campanha a governador do Estado do Maranhão. JOSÉ DE CARVALHO FILHO se comprometeu a verificar a possibilidade e dar um retorno.

Internamente, JOSÉ DE CARVALHO FILHO consultou JOÃO PACÍFICO, DS da região do deputado FLÁVIO DINO. JOÃO PACÍFICO estabeleceu o montante de R\$ 400.000,00 para repassar ao deputado, mas todo o acerto foi feito diretamente entre JOSÉ DE CARVALHO FILHO e o próprio FLÁVIO DINO. A partir do minuto 4 do seu depoimento, JOSÉ DE CARVALHO FILHO esclarece que ele passou a FLÁVIO DINO pessoalmente a senha para receber os valores e acertou o local dos pagamentos.

O colaborador relata, a partir do minuto 7 do seu depoimento, que FLÁVIO DINO não questionou a modalidade de pagamento. Registra, ainda, que no decorrer do pleito eleitoral para governador do Estado do Maranhão em 2010, FLÁVIO DINO se



08/

comprometeu com a continuidade do PL 2279/2007 e, para tanto, indicaria o Deputado Chico Lopes para assumir seu lugar da relatoria.

Os valores foram pagos por meio do Setor de Operações Estruturas, coordenado por HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO, e registrados no Drousys.<sup>1</sup>

Relativamente a esses fatos, vê-se que não há menção a crimes em tese cometidos por detentores de foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, FLÁVIO DINO tem foro por prerrogativa de função perante o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, I, "a" da Constituição Federal.

### 3. Dos requerimentos

Em face do exposto, o Procurador-Geral da República requer:

a) que seja reconhecida a incompetência do Supremo Tribunal Federal para apreciar os fatos versados nos TERMOS DE DEPOIMENTO n° 2 do colaborador JOSÉ DE CARVALHO FILHO e n° 6 de HILBERTO MASCARENHAS ALVES SILVA FILHO, por consequência;

b) seja autorizado que a Procuradoria-Geral da República utili-

<sup>1</sup> O Drousys foi um sistema de informática paralelo ao sistema de informática oficial da Odebrecht, de acesso restrito, para pagamento e controle de operações financeiras da área de operações estruturadas, tendo sido instituído em 2007 ou 2008, para o aperfeiçoamento da comunicação entre os operadores e officers de bancos (ver TERMO DE DEPOIMENTO 06 do colaborador HILBERTO SILVA).

ze o material perante o foro competente, o Superior Tribunal de Justiça; e

b) o levantamento do sigilo em relação ao Termo de Depoimento aqui referido, uma vez que não mais subsistem motivos para tanto.<sup>2</sup>

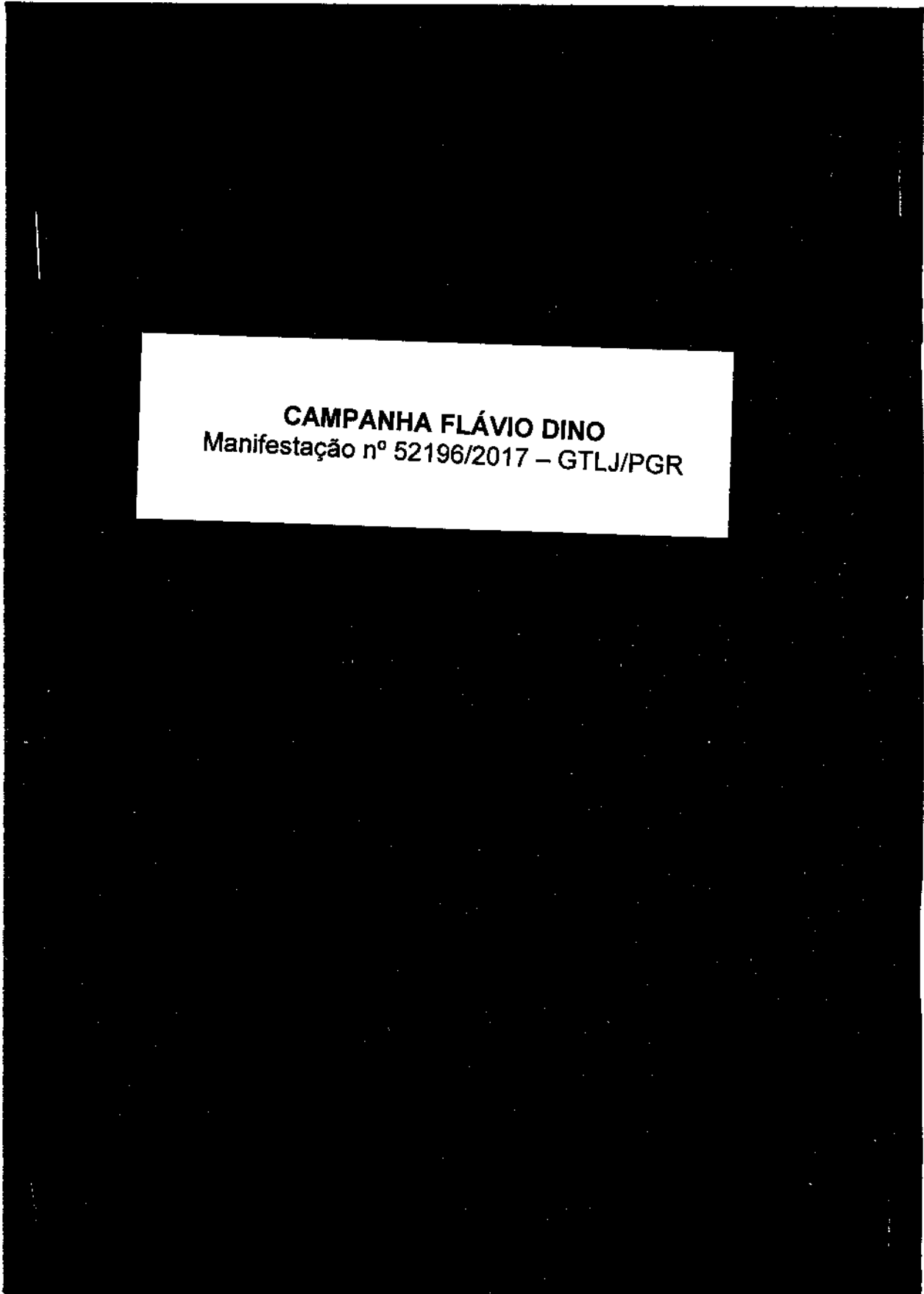
Brasília (DF), 13 de março de 2017.

  
**Rodrigo Janot Monteiro de Barros**  
Procurador-Geral da República

FA/PJC

2 “É certo que a Lei 12.850/2013, quando trata da colaboração premiada em investigações criminais, impõe regime de sigilo ao acordo e aos procedimentos correspondentes (art. 7º), sigilo que, em princípio, perdura até a decisão de recebimento da denúncia, se for o caso (art. 7º, § 3º). Essa restrição, todavia, tem como finalidades precípua (a) proteger a pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5º, II) e (b) garantir o êxito das investigações (art. 7º, § 2º). No caso, o desinteresse manifestado pelo órgão acusador revela não mais subsistirem razões a impor o regime restritivo de publicidade”. (Pet 6.121, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 25/10/2016, publicado em DJe-232 DIVULG 28/10/2016 PUBLIC 03/11/2016).

Per 640h.



**CAMPANHA FLÁVIO DINO**  
Manifestação nº 52196/2017 – GTLJ/PGR

08/

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária


**CERTIDÃO**

**Pet nº** 0704

Certifico que, em 14 de março de 2017, recebi o processo protocolizado sob o número em epígrafe, acompanhado de uma mídia.

Certifico, ainda, que procedi a autuação e a distribuição deste feito com as cautelas de sigilo previstas no art. 230-C, §2º, do RISTF, bem como na Resolução 579/STF.

Brasília, 14 de março de 2017.

  
Patrícia Pereira de Moura Martins – Mat. 1775

010

*Supremo Tribunal Federal*  
*Secretaria Judiciária*  
*Coordenadoria de Processamento Inicial*

**Termo de recebimento e autuação**

Estes autos foram recebidos e autuados nas datas e com as observações abaixo:

**Pet nº 6704**

**PROCED. : DISTRITO FEDERAL**

**ORIGEM. : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**NÚMERO DO PROCESSO NA ORIGEM : 6704**

**REQTE.(S): SOB SIGILO**

**PROC.(A/S)(ES): SOB SIGILO**

**QTD.FOLHAS: 8 QTD.VOLUME: 1 QTD.APENSOS: 0**

**ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL | Investigação Penal**

**DATA DE AUTUAÇÃO: 16/03/2017 - 17:45:09**

**Certidão de distribuição**

**Certifico, para os devidos fins, que estes autos foram distribuídos ao Senhor MIN. EDSON FACHIN, com a adoção dos seguintes parâmetros:**

- Característica da distribuição: PREVENÇÃO DO RELATOR/SUCCESSOR
- Processo que Justifica a prevenção Relator/Sucessor: PETIÇÃO nº 6530
- Justificativa: RISTF, art. 69, caput

**DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 20/03/2017 - 13:08:00**

Brasília, 20 de Março de 2017.

**Coordenadoria de Processamento Inicial  
(documento eletrônico)**

**TERMO DE CONCLUSÃO**

Faço estes autos conclusos ao (à) Excelentíssimo(a) Senhor(a)  
Ministro(a) Relator (a).

Brasília, 31 de MAIO de 2017.

  
MARCELO PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR  
Matrícula 2488

Certidão gerada em 20/03/2017 às 13:09:21.

Esta certidão pode ser validada em <https://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> com o seguinte código C4XERVE2Y2G.

**PATRICIAP, em 20/03/2017 às 14:11.**



PETIÇÃO 6.704 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN  
REQTE.(S) : SOB SIGILO  
PROC.(A/S)(ES) : SOB SIGILO

DECISÃO: 1. Trata-se de petição instaurada com lastro no termo de depoimento do colaborador José de Carvalho Filho (Termo de Depoimento n. 2), o qual relata que, no ano de 2010, participou de reuniões com o então Deputado Federal Flávio Dino, tratando de questões acerca do Projeto de Lei 2.279/2007, o qual atribuiria segurança jurídica a investimentos do Grupo Odebrecht. Num desses encontros, teria lhe sido solicitada ajuda para campanha eleitoral ao governo do Estado do Maranhão, pagamento efetuado no total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). A senha para receber o repasse teria sido entregue à época ao próprio parlamentar, sendo a operação realizada pelo Setor de Operações Estruturadas e registrada no sistema "Drousys".

Afirmando que não existe menção a crimes praticados por autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função nesta Corte, requer o Procurador-Geral da República o reconhecimento da incompetência do Supremo Tribunal Federal para a apuração dos fatos. Considerando que o suposto beneficiário das doações exerce cargo de Governador do Estado do Maranhão, postula autorização para que "utilize o material pelo foro competente, o Superior Tribunal de Justiça" (fls. 5-6). Pede, por fim, "o levantamento do sigilo em relação ao Termo de Depoimento aqui referido, uma vez que não mais subsistem motivos para tanto" (fl. 5).

2. De fato, conforme relato do Ministério Público, não se verifica, nesta fase, o envolvimento de autoridade que detenha foro por prerrogativa de função nesta Corte, o que possibilita, desde logo, o uso de cópia das declarações prestadas pelos colaboradores perante o juízo indicado como, em tese, competente.

3. Com relação ao pleito de levantamento do sigilo dos autos, anoto que, como regra geral, a Constituição Federal veda a restrição à publicidade dos atos processuais, ressalvada a hipótese em que a defesa do interesse social e da intimidade exigir providência diversa (art. 5º, LX),

**PET 6704 / DF**

e desde que “a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação” (art. 93, IX).

Percebe-se, nesse cenário, que a própria Constituição, em antecipado juízo de ponderação iluminado pelos ideais democráticos e republicanos, no campo dos atos jurisdicionais, prestigia o interesse público à informação. Acrescenta-se que a exigência de motivação e de publicidade das decisões judiciais integra o mesmo dispositivo constitucional (art. 93, IX), fato decorrente de uma razão lógica: ambas as imposições, a um só tempo, propiciam o controle da atividade jurisdicional tanto sob uma ótica endoprocessual (pelas partes e outros interessados), quanto extraprocessual (pelo povo em nome de quem o poder é exercido). Logo, o Estado-Juiz, devedor da prestação jurisdicional, ao aferir a indispensabilidade, ou não, da restrição à publicidade, não pode se afastar da eleição de diretrizes normativas vinculantes levadas a efeito pelo legislador constitucional.

D’outro lado, a Lei 12.850/2013, ao tratar da colaboração premiada em investigações criminais, impôs regime de sigilo ao acordo e aos procedimentos correspondentes (art. 7º), circunstância que, em princípio, perdura, se for o caso, até o eventual recebimento da denúncia (art. 7º, § 3º). Observe-se, entretanto, que referida sistemática deve ser compreendida à luz das regras e princípios constitucionais, tendo como lastro suas finalidades precípuas, quais sejam, a garantia do êxito das investigações (art. 7º, § 2º) e a proteção à pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5º, II). Não fosse isso, compete enfatizar que o mencionado art. 7º, § 3º, relaciona-se ao exercício do direito de defesa, assegurando ao denunciado, após o recebimento da peça acusatória, e com os meios e recursos inerentes ao contraditório, a possibilidade de insurgir-se contra a denúncia. Todavia, referido dispositivo que, como dito, tem a preservação da ampla defesa como razão de ser, não veda a implementação da publicidade em momento processual anterior.

4. No caso, a manifestação do órgão acusador revela, desde logo, que não mais subsistem, sob a ótica do sucesso da investigação, razões que determinem a manutenção do regime restritivo da publicidade.

**PET 6704 / DF**

Em relação aos direitos do colaborador, as particularidades da situação evidenciam que o contexto fático subjacente, notadamente o envolvimento em delitos associados à gestão da coisa pública, atraem o interesse público à informação e, portanto, desautorizam o afastamento da norma constitucional que confere predileção à publicidade dos atos processuais. Com esse pensamento, aliás, o saudoso Min. TEORI ZAVASCKI, meu antecessor na Relatoria de inúmeros feitos a este relacionados, já determinou o levantamento do sigilo em autos de colaborações premiadas em diversas oportunidades, citando-se: Pet. 6.149 (23.11.2016); Pet. 6.122 (18.11.2016); Pet. 6.150 (21.11.2016); Pet. 6.121 (25.10.2016); Pet. 5.970 (01.09.2016); Pet. 5.886 (30.05.2016); Pet. 5.899 (09.03.2016); Pet. 5.624 (26.11.2015); Pet. 5.737 (09.12.2015); Pet. 5.790 (18.12.2015); Pet. 5.780 (15.12.2015); Pet. 5.253 (06.03.2015); Pet. 5.259 (06.03.2015) e Pet. 5.287 (06.03.2015). Na mesma linha, registro o julgamento, em 21.02.2017, do agravo regimental na Pet. 6.138 (acórdão pendente de publicação), ocasião em que a Segunda Turma desta Corte, por unanimidade, considerou legítimo o levantamento do sigilo de autos que contavam com colaboração premiada, mesmo anteriormente ao recebimento da denúncia.

No que toca à divulgação da imagem do colaborador, cumpre enfatizar que a Lei 12.850/2013 determina que, sempre que possível, o registro das respectivas declarações deve ser realizado por meio audiovisual (art. 4º, §13). Trata-se, como se vê, de regra legal que busca conferir maior fidedignidade ao registro do ato processual e, nessa perspectiva, corporifica o próprio meio de obtenção da prova. Em tese, seria possível cogitar que o colaborador, durante a colheita de suas declarações, por si ou por intermédio da defesa técnica que o acompanhou no ato, expressasse insurgência contra tal proceder, todavia, na hipótese concreta não se verifica, a tempo e modo, qualquer impugnação, somente tardiamente veiculada.

Assim, considerando a falta de impugnação tempestiva e observada a recomendação normativa quanto à formação do ato, a imagem do colaborador não deve ser dissociada dos depoimentos colhidos, sob pena

**PET 6704 / DF**

de verdadeira desconstrução de ato processual perfeito e devidamente homologado.

Por fim, as informações próprias do acordo de colaboração, como, por exemplo, tempo, forma de cumprimento de pena e multa, não estão sendo reveladas, porque sequer juntadas aos autos.

À luz dessas considerações, tenho como pertinente o pedido para levantamento do sigilo, em vista da regra geral da publicidade dos atos processuais.

5. Ante o exposto: (i) determino levantamento do sigilo dos autos; (ii) defiro o pedido do Procurador-Geral da República para o uso de cópia do termo de depoimento do colaborador José de Carvalho Filho (Termo de Depoimento n. 2), e documentos apresentados, junto ao Superior Tribunal de Justiça. Registro que a presente deliberação não importa em definição de competência, a qual poderá ser reavaliada nas instâncias próprias.

Atendidas essas providências, arquivem-se.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de abril de 2017.

**Ministro EDSON FACHIN**

Relator

*Documento assinado digitalmente*